



MOVIMENTO NEGRO: LETRAMENTO DE VIVÊNCIA E REEXISTÊNCIA

Gevanilda Santos¹

Resumo: Este artigo busca repensar um pouco o tema do letramento marcado no ativismo e por ativistas do Movimento Negro Brasileiro e por olhares preocupados com a história não contada, o registro da memória, da vivência, das lutas e das fontes iconográficas do acervo da Soweto Organização Negra. No sentido mais conceitual, nos aproximamos do letramento re-existência apresentado pela professora, doutora Ana Lucia Silva Souza em sua tese de doutoramento *Letramentos de Re-existências: culturas e identidades no movimento hip hop* (2009), cujo contexto abrange a capacidade da população negra brasileira fazer leitura da realidade em que vive compreender e reagir à dificuldade intrínseca, haja vista as desigualdades que atinge esse grupo social a partir do letramento de resistência originado no Movimento Negro. O encontro com o letramento da resistência, além de juntar as duas palavras, reúne conhecimento acadêmico e saberes populares na medida em que o uso da palavra resistência é tradição e recorrente na linguagem apropriada pelo Movimento Negro e expressa o sentido da unidade e permanência na luta.

Palavras-chave: movimento negro brasileiro; letramento; soweto; reexistência.

BLACK MOVEMENT: LITERACY OF EXPERIENCE AND REEXISTÊNCIA

Abstract: This article seeks to rethink the topic of literacy measured by activism and activists of the Black Brazilian Movement and by diferentes views worried about the untold story, the record of memory, experience, struggles and iconographic sources of the Soweto Black Organization. In a more conceptual sense, we approach the literacy re-existence presented by the professor Ph.D. Ana Lucia Silva Souza in her thesis "Literations of Re-Exists: Cultures and Identities in the hip hop movement, 2009, whose context covers the capacity of the population Brazilian black woman to read the reality in which she lives to understand and react to the intrinsic difficulty, given the inequalities that reach this social group from the literacy of resistance originated in the Black Movement. The encounter with the literacy of the resistance, besides joining the two words, brings together academic knowledge and popular knowledge as far as the use of the word resistance is tradition and recurrent in the language appropriate by the Black Movement and expresses the sense of unity and permanence in the struggle.

Keywords: brazilian black movement; literature; soweto; reexistence.

MOUVEMENT NOIR: LETTREMMENT DE VIVANTE ET RÉEXISTENCE

Résumé: Cet article cherche à repenser le thème de l'apprentissage marqué par l'activisme et les activistes du Mouvement noir brésilien et par des regards inquiets au sujet de l'histoire inédite, des archives de la mémoire, de l'expérience de vie, des luttas et des sources iconographiques de l'Organisation Noire Soweto. Dans un sens plus conceptuel, nous abordons l'apprentissage de la

¹ Gevanilda Santos nasceu no interior de São Paulo. É filha de migrantes negros nordestinos da cidade de Rio das Contas, região da Chapada Diamantina, Bahia. Em 1968, mudou-se para São Paulo, estudou em escolas públicas até concluir o ensino médio. Na década de 1980, graduou-se em História pela PUC-SP, é mestre em Sociologia Política PUC-SP. Professora universitária aposentada, dedica-se a pesquisas sobre as desigualdades sócio-raciais brasileiras e tem vários livros publicados. Ativista do movimento negro, compõe a diretoria da Soweto Organização Negra.



ré-existence présenté par l'enseignante, Dr. Ana Lucia Silva Souza dans sa thèse de doctorat " L'apprentissage de la ré-existence. Cultures et identités dans le mouvement hip hop, 2009, dont le contexte couvre la capacité de la population noire brésilienne réfléchir à la réalité dans laquelle elle vit pour comprendre et réagir à la difficulté intrinsèque, compte tenu des inégalités qui atteignent ce groupe social à partir de l'apprentissage de la résistance originaire du Mouvement Noir. La rencontre avec l'apprentissage de la résistance, en plus de réunir les deux mots, rassemble la connaissance académique et la connaissance populaire dans la mesure où l'usage du mot résistance est tradition et récurrent dans le langage approprié du Mouvement Noir et exprime le sentiment d'unité et de permanence dans la lutte.

Mots-clés: mouvement noir brésilien; littérature; ré-existence

MOVIMIENTO NEGRO: LETRAMIENTO DE VIVÉNCIA Y REEXISTÊNCIA

Resumen: Este artículo busca repensar un poco el tema del letramiento marcado en el activismo y por activistas del Movimiento Negro Brasileño y por visiones preocupadas por la historia no contada, el registro de la memoria, de la vivencia, de las luchas y de las fuentes iconográficas del acervo de la Soweto Organización Negra. En el sentido más conceptual, nos aproximamos del letramiento re existencia presentado por la Profesora, Doctora Ana Lucia Silva Souza en su tesis de doctoramiento " *Letramentos de Re-existências: culturas e identidades no movimento hip hop* ", 2009, cuyo contexto abarca la capacidad de la población negra brasileña de hacer una lectura de la realidad em que vive comprendiendo y reaccionando frente a la dificultad intrínseca, en vista de las desigualdades que tiene ese grupo social a partir del letramiento de resistencia originado en el Movimiento Negro. El encuentro con el letramiento de la resistencia además de juntar las dos palabras, reúne conocimiento académico y saberes populares en la medida en que el uso de la palabra resistencia es tradición recurrente en el lenguaje apropiado por el Movimiento Negro y expresa el sentido de la unidad y permanencia en la lucha.

Palabras-clave: movimiento negro brasileño; lector; reexistencia.

DIRETO AO PONTO: LETRAMENTO DE RESISTÊNCIA

A educação pública de qualidade, no Brasil, concordamos, não é uma prioridade nacional e seus benefícios não são distribuídos igualmente. Infelizmente, tal situação excludente interfere em demasia na mobilidade social daqueles que não são beneficiados pelos serviços educacionais brasileiros. Quem? Os negros, população, empobrecida, a juventude da periferia, do mundo rural, das regiões brasileiras de menor desenvolvimento. Este contingente é o público-alvo dos estudos estatísticos do analfabetismo funcional.

Os dados apresentados em 2013, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontam aumento do número médio de anos de estudo entre a população de dez anos de idade ou mais. O Ministério da Educação (MEC) já observava a tendência entre 2004 a 2013, quando a média de anos de estudos aumentou, passando



de 6,5 anos para 7,7 anos. As mulheres têm, em média, oito anos de estudo, enquanto os homens têm 7,5 anos. A maior distorção está entre a população branca e a negra.

O Censo Escolar (2007) informa dados desagregados por raça/cor e classifica população jovem: brancos e negros. Entre os jovens que concluíram o Ensino Fundamental, ou seja, têm de oito a nove anos de estudo, e que estão na faixa daqueles denominados analfabetos funcionais, há distorções. Entre os jovens brancos de 16 anos, 70% havia concluído ensino fundamental obrigatório, enquanto que, dos jovens negros, na mesma faixa etária, apenas 30% alcançaram essa escolaridade.

Não pretendemos aqui aprofundar a reflexão da qualidade de ensino brasileiro, tampouco as oportunidades no mercado de trabalho dela decorrentes. Apenas contextualizar o chamado analfabetismo funcional da população negra e indagar o seu letramento dentro e fora da escola. Já foi dito e é bom repetir que a novidade deste artigo está em aproximar as palavras, os sentidos e os conceitos de letramento (re-existência) e (resistência) e abrir um diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes populares originados no Movimento Negro Brasileiro no campo da educação. O estudo do letramento, mais que o analfabetismo oferece saída à situação educacional do negro brasileiro.

Nestes termos, o primeiro aspecto a destacar é a retirada do peso social e o estigma do analfabetismo das costas da população negra. Isso porque estes criam um ambiente de humilhação social, a introjeção da culpa pela ausência da escolaridade e acomodação perante o protesto social. Segundo, a sociedade brasileira acostumada às práticas racistas como normativas, rejeita, veemente, e se nega a reconhecer a atitude de enfrentamento às hostilidades sofridas pela população negra. Principalmente quando este enfrentamento é apreendido de forma autogerada e autoditada, geralmente detectamos que essas experiências da vida são atitudes desvalorizadas e até mesmo podemos dizer que estão no rol da invisibilidade, do ocultamento ou mesmo que são saberes apagados.

Como isso acontece? Como admitir que uma pessoa com poucos anos de escolaridade, no senso comum dita quase analfabeta, é capaz de fazer uso da escrita e de sua prática social? Como se apaga tal percepção? Não admitir outros letramentos e



saberes é um aspecto da mentalidade conservadora, racista e intolerante que se atém às subjetividades e oficialidades permeadas pelo racismo, o eurocentrismo, o elitismo.

No imaginário cultural brasileiro costuma-se atribuir ao cidadão com pouca escolaridade a imagem ou representação de alguém bestializado, pacato e até “bobão”, incapaz de interagir e reagir com certa racionalidade no mundo que lhe cerca. De um modo geral, na sociologia isto é visto como alienação ou contradição social.

Ao cidadão letrado atribui-se o sucesso, o esforço individual e aplaude-se o mérito por conquistar um bom lugar no trabalho, na educação, na economia e na política. Isso é chamado de mobilidade social. A falta de mobilidade positiva na sociedade de classe, portanto, é justificada por certa inércia, vagabundagem e pouco esforço individual. A avaliação do esforço pessoal para o sucesso permeia-se por valores e princípios da ordem capitalista-industrial-dependente-competitiva e uma estética moldada na sociedade europeia que recomenda a boa aparência, a prontidão, a escolaridade, e a subserviência. Toda vez que a sociedade competitiva abre disputa por um cargo, posição social ou valorização cultural-afetiva aqueles valores entram no jogo a favor do cidadão branco, rico, letrado e heterossexual.

Por entre a situação do cotidiano, trabalhar, estudar, morar, divertir, viajar e cuidar da saúde se esconde mecanismo ou prática racista de exclusão, o racismo à moda brasileira. Este mecanismo é, por sua vez, encoberto pelo mito da democracia racial a fim de camuflar a falta de condição e oportunidades existentes no Estado Brasileiro. E, principalmente, o caráter excludente e genocida imposto à população negra.

O LETRAMENTO DA RESISTÊNCIA E DE RE-EXISTÊNCIA

É importante compreender o papel do **letramento de resistência** na vida comunitária e associativa de negras e negros. A atitude de lutar frente aos maus tratos do período do tráfico e da escravidão resultou em ensinamentos de resistência. As participações nas revoltas coloniais e abolicionistas são memórias de resistências. O imaginário social nascido dos saberes, costumes e modos de ser trazido da África, “Berço da Humanidade”, aqui renovados, também é chamado de letramento de resistência.



Essa é uma ferramenta conceitual importante para compreensão das vias da resistência aos processos de exclusão na educação, no mercado de trabalho, saúde, na cultura e em todos os aspectos da sociedade. A luta de combate ao racismo inspira o letramento de re-existência.

A habilidade em reinventar-se, renascer das cinzas, “matar um leão a cada dia”, enfim, sobreviver e tornar-se humano, cidadão e ator político só é possível com o letramento de re-existência. A habilidade de leitura do mundo hostil e de reinventar modos de vidas aqui é denominada “letramento de re-existência”, conceito empregado nas pesquisas de Ana Lucia Silva Souza:

a reinvenção das práticas no interior do movimento social negro, aonde os ativistas se reportam às matrizes e aos rastros daquele movimento que tem sua história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma disputa pela educação escolarizada ou não. (Souza, 2009, p. 33)

Concordando com os estudos de Souza (2017) e refletindo o alcance do seu conhecimento, podemos dizer que o **letramento de re-existência** é o resultado dos usos e sentidos das práticas de resistência de onde se aprende a enfrentar racismo no Brasil. Tal prática é incorporada por e com o Movimento Negro Brasileiro, e impactam os indivíduos e a sociedade brasileira, proporcionando compreensão do lugar e a posição que negros e brancos ocupam na dinâmica socioeconômica, política e cultural do Brasil.

A história do cotidiano nos traz muitos saberes vivências de resistência e re-existência. Vejamos, adiante, o depoimento de um historiador, educador, cronista, ativista antirracista; e a representação artística e cinematográfica da vida de Carolina Maria de Jesus. O depoimento “Rota dos libertos”, do historiador Paulo Rafael da Silva nos apresenta uma relato “ponte” entre letramento de re-existência e o letramento resistência. Conta um episódio da sua andança profissional como arte educador lá pelos anos de 1980:

Toninho Crespo, o músico, compositor, produtor cultural na cidade de São Paulo, dentre outras atividades, alugou um espaço em um teatro ao lado do Viaduto chamado Minhocão. O nome do Teatro era Grande Otelo, e o aluguel só poderia ocorrer às segundas-feiras, no horário entre 17h30 às 19h00. Fui convidado a participar do show por ser um educador que estava à frente de um trabalho de acompanhamento de meninos e meninas em situação de abandono, dos pais e da sociedade. Hoje este trabalho é chamado de projeto.



O ano era 1990. Toninho Crespo chamou para a abertura do projeto, um grupo musical de Hip Hop recém formado por jovens negros periféricos, conhecido como Racionais MCs. O Teatro Grande Otelo era pequeno, lotação máxima de 80 lugares, talvez, mas apenas 20 lugares estavam ocupados por jovens do projeto. No final da apresentação todos foram convidados a subir no palco para cantar a última música. Subiu ao palco todo público presente, os 20 jovens em situação de vulnerabilidade. Na plateia somente eu, o educador, assistindo ao nascimento de uma geração de pretos de rua em busca de visibilidade e direitos. Na época, foram patrocinados por Toninho Crespo e os Racionais MCs. O Movimento Negro Brasileiro, na sua expressão musical, Hip Hop estava ali representado. Participando com suas ferramentas: a música, a poesia, a dança, o direito à cultura. Abriu brechas diante as dificuldades da vida. Terminou. Os jovens voltaram pro seu canto com os mesmos sonhos da escritora Esmeralda Ortiz - uma moradora de rua, que lançou um livro: **Por que não dancei?** - do menino negro cego e porteiro do prédio do projeto que muito impressionara o ativista Hamilton Cardoso, num dia, quando esteve lá conversando com os jovens. A vida continuava ... (Paulo Rafael da Silva, 2017, depoimento escrito especialmente a este artigo)

Vejamos, então, o letramento por uma representação literária, teatral e cinematográfica. O filme *Carolina*, do cineasta Jefferson De (2003) traz a narrativa do livro *Quarto de Despejo*, da escritora Carolina Maria de Jesus interpretada pela atriz Zezé Motta. O filme termina com a canção “Negro Drama”, dos Racionais MC’s.

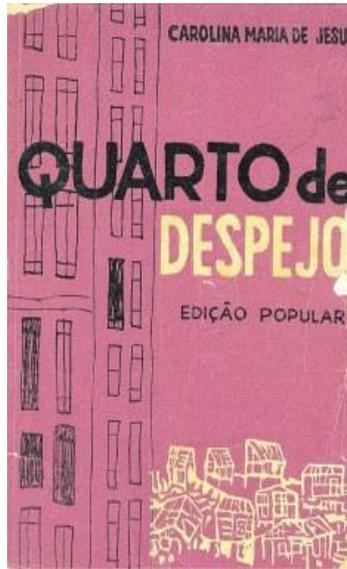
A narrativa do filme fala da vida de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, favelada, catadora de papel, analfabeta funcional que alcançou sucesso escrevendo em forma de diário as suas confissões acerca dos maus tratos da vida. Ela se tornou uma mulher de destaque, uma *best seller* internacionalmente reconhecida quando publicou o livro *Quarto de despejo – Diário de uma favelada*. A primeira edição foi publicada em 1960.

Figura 1. Personagem Carolina M. Jesus interpretada pela atriz Zezé Mota no filme Carolina de Jeferson De (2003)





Figura 2. Livro Quarto de Despejo Edição (1963)



É bonito de se ver no decorrer do século XX as ações comunitárias e organizativas da vida escolar brasileira. Sobretudo nos marcos de uma educação pública excludente e eurocentrada. As imagens e seus sentidos estão guardados na memória dos ativistas do Movimento Negro e são compreendidos como letramento da resistência. Destacamos abaixo a foto de uma sala de aula da escola da Frente Negra Brasileira (1931) que tinha entre outros objetivos a escolarização da população negra e sua integração na sociedade de classe.

Figura 3. Escola da Frente Negra Brasileira (1931)

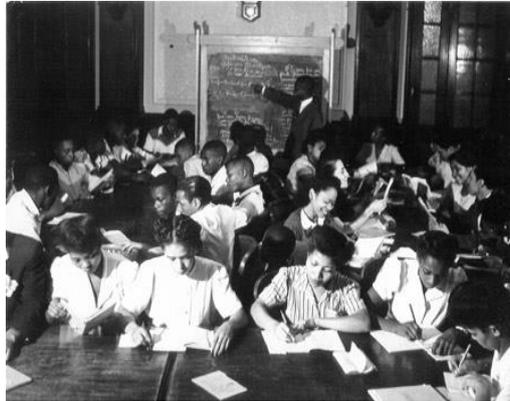


O Teatro Experimental do Negro (1940) fez chamamento especial aos trabalhadores negros e trabalhadoras domésticas para romper com a inculcação do



analfabetismo e vir para escola, se tornar um cidadão, um artista ou um homem e mulher de valor.

Figura 4. Escola Teatro Experimental do Negro (1940)



O Teatro Popular Brasileiro (1936), fundado pelo teatrólogo Solano Trindade, posteriormente conhecido como Teatro Popular Solano Trindade, reunia trabalhadores negros, pobres das periferias e trabalhadoras domésticas para protestar através da expressão cultural contra os difíceis tempos da Ditadura Militar, de 1964. O Teatro Solano Trindade acolheu muitos trabalhadores e até hoje sua história sensibiliza e motiva educadores populares a criar novos espaços comunitários e educativos.

Figura 5. Biblioteca Comunitária Solano Trindade – Duque de Caxias RJ





Figura 6. Teatro Popular Solano Trindade Embu SP



É fato que a partir da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) inaugura-se nova fase nas lutas contemporâneas do Movimento Negro Brasileiro. O MNU está prestes a celebrar 40 anos de história: sua criação foi oficializada em 07 julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal da Praça Ramos de Azevedo, centro de São Paulo. O jornalista Hamilton Cardoso, ativista da época, nos recorda a denominação original do MNU, antes Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR) e nos expõe seu ponto de vista:

A proposta de fundação desta organização foi idealizada por jovens ativistas negros engajados no Núcleo Negro Socialista. Um espaço de proposição e luta antirracista dentro dos movimentos de esquerda existentes nos anos de 1970 no Brasil. O Núcleo foi criado por estudantes universitários negros do eixo São Paulo/Campinas/São Carlos e por jornalistas que atuavam no Jornal Versus. O Núcleo Socialista reuniu lideranças negras estudantis em todo território brasileiro. O Núcleo pretendia aglutinar não só o negro, mas todos aqueles que sofriam discriminações: negros, mulheres, indígenas, etc. E pretendiam sair às ruas e apresentar uma visão crítica sobre o significado da Abolição da Escravatura (13 de maio de 1888) e em protesto denunciar do papel da ideologia da democracia racial. Após intensos debates, em 1979, o MUCDR passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU). Com ele, inaugurou-se o protesto nas ruas para denunciar o mito da democracia racial, a violência policial e a violência contra a mulher negra que explodiu nas palavras da jornalista Neuza Pereira. E toda má sorte e empobrecimento da população negra. (Santos, 2009, pág. 71-72)

Tal habilidade sociopolítica inspirou aparecimento de outras organizações de combate ao racismo. No contexto da década de 1990, aquela habilidade política se espalhou por todo Brasil, e, uma vez incorporada foi levada à frente por vários especialistas, educadores e estudantes universitários.

A revista do Grupo Negro da PUC (2008) em sua capa traz sinais dos anseios dos universitários negros organizados desde os anos 80 no espaço universitário da capital paulista. Estavam em sintonia com as lutas do Movimento Negro inauguradas nos anos de 1970 no interior e capital do Estado, a exemplo do Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu) que, na sua oitava edição (1985), reafirmava a necessidade de resistência geração após geração. O uso da palavra resistência é tradição no Movimento Negro e expressa o sentido da unidade e permanência na luta, como se pode observar na imagem do cartaz do Feconezu na cidade de Limeira, estado de São Paulo.

Ribeiro (2014) chama-nos atenção ao permanente diálogo entre organizações negras estudantis e as agendas do Movimento Negro Brasileiro, a exemplo do que foi

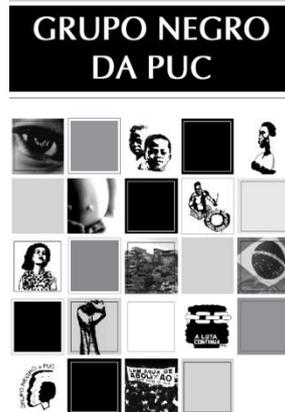
a criação do Grupo Negro da PUC-SP, que atuou entre 1978 – 1988, a última atividade foi no dia 13 de maio de 1988, na passeata de protesto contra as comemorações oficiais do centenário da Abolição”. E ainda segundo a autora “o grupo concentrou inúmeros estudantes negros, uniram-se pela compreensão de que havia uma luta a ser travada a favor dos direitos dos negros no Brasil e o espaço universitário era estratégico nessa perspectiva (Soweto, 2008, p. 8; Ribeiro, 2014, p.125).

Figura 7. Cartaz 8º FECONEZU 1985, Limeira



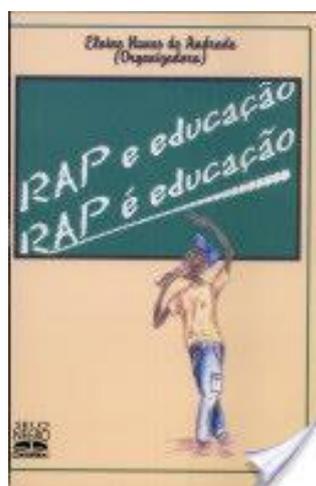
Fonte: Foto de Gal Souza Acervo Soweto

Figura 8. Capa Revista Grupo Negro PUC SP 2008



Outra capa de livro significativa foi publicada em 1999 e denota experiência do letramento de resistência da juventude negra da periferia de São Paulo, dentro e fora da escola. Dentro porque aborda momento em que o movimento Hip Hop realizava eventos nas escolas públicas e procurava insurgir-se nos processos pedagógicos. Fora porque o fenômeno do Hip Hop encontrou acolhida no Movimento Negro e deste lugar social interagiu com a educação brasileira. O estudante da escola pública recebeu de braços abertos a força educativa e política do Hip Hop como nos lembra a capa do livro *O Rap e a educação, o rap é educação* organizado pela professora Elaine Nunes de Andrade (USP/SP) que reuniu e registrou a experiência de educadores, participantes do Hip Hop paulistano e jovens pesquisadores negros.

Figura 9. Capa do livro “O Rap e a educação SP (1991)





EDUCADOR ANTIRRACISTA

Os estudos na área do negro e educação não começaram agora. O documento - relatório da Unesco/MEC (2008) sobre a elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira apresenta-nos um breve panorama da preocupação intelectual com a questão racial:

O interesse pela questão racial negra, quando existiu, foi primeiro comprometido com a ideia de caldeamento/assimilação que serviu de base à ideologia do branqueamento físico e cultural da nação por meio da imigração europeia. Em um segundo momento, o mito da democracia racial deu base para a construção do discurso da unidade entre brancos, negros e índios, que encobriu as hierarquias e as discriminações constitutivas das relações entre brancos e não-brancos. Após os anos 50, o problema racial aparece como tema menor da chamada questão social, explicado na chave do conflito social e político entre as classes. O processo de redemocratização em curso marca uma mudança significativa no tratamento da questão, agora étnico-racial negra, com o ressurgimento de reivindicações a partir de um movimento negro organizado nas principais áreas urbanas do país. (UNESCO/MEC, 2008, p.9)

Faremos destaques a algumas trajetórias de educadores, muito embora saibamos que essa história foi construída por uma coletividade de atores e atrizes, a quem devemos gratidão, por exemplo: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (RS), Jeruse Romão (SC) Raquel de Oliveira (SP), Maria de Lourdes Siqueira (BA), Eliane Cavaleiro (SP), Azoilda Loreto Trindade (RJ) e Nilma Lino Gomes (MG). Citamos apenas as contribuições femininas, as herdeiras de Dandara. Certamente há muitos outros envolvidos, homens ou mulheres com perfil de intelectuais brasileiros ativistas dentro e ou fora da escola, dentro e ou fora da academia, mas que oferecem relevante produção teórica, contraponto conceitual e histórico na área da educação antirracista.

No âmbito acadêmico, se tece crítica a produção oficial que vê o tema do analfabetismo em oposição ao letramento e não incorpora a narrativa do Movimento Negro por considerá-la pouco acadêmica, impregnada de ideologias e avessa a neutralidade científica. A produção do educador antirracista, em cada vertente de análise, está contribuindo muito, para a releitura da história da educação brasileira.

As produções teóricas, na área educacional ou não, que não tratam a complexidade do racismo, dificilmente compreendem as desigualdades e as hierarquias

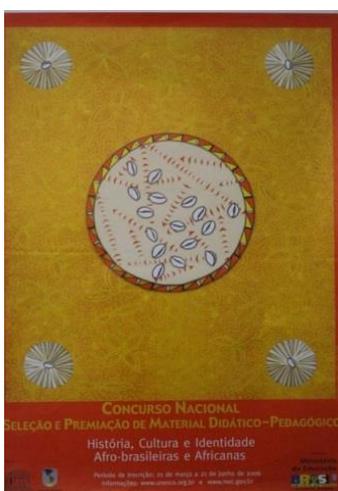
nas relações raciais. Os estudos mais críticos àquela postura forjam intelectuais ativistas que se tornaram sujeito e objeto da pesquisa. Este propósito está no rol dos objetivos da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN - 2000), que realiza bianualmente o Congresso de Pesquisadores Negros. A princípio reúne pesquisadoras/es negras/os e não negras/os, das várias áreas do conhecimento, interessadas/os na revisão crítica da trajetória da população negra brasileira. O letramento da re-existência e resistência salta aos olhos nas imagens dos cartazes que divulgam atividades e atitudes compromissadas com a educação antirracista.

Figura 10. Cartaz II Congresso Pesquisadores Negros



Fonte: Foto de Gal Souza Acervo Soweto

Figura 11. Cartaz Concurso Nacional Seleção e Premiação de Material Didático-Pedagógico



Fonte: Foto de Gal Souza Acervo Soweto



Nas abordagens de Santos (2009) encontramos justificativas epistemológicas que sustentam a revisão crítica antirracista originada nas lutas sociais ao argumentar que toda experiência social dos indivíduos produz conhecimento. Nilma Gomes (2017) concorda com Santos (2009) ao afirmar que “O Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social”. (Gomes, 2017, p. 28).

Há estudos críticos chamados “pan-africanismo” e “decolonial” e ambos têm em comum a ideia de rompimento com a tradição eurocêntrica do pensamento. Eles vêem os sujeitos históricos da luta antirracista e ou anticolonial como sujeitos portadores do conhecimento.² Nesses termos a população africana escravizada nas Américas, no período colonial, embora explorada e oprimida na sociedade capitalista competitiva, lançou mão das revoltas, guerrilhas, insurreições e protesto social: reagiram, pois, às teias desumanas do racismo estruturante.

Este é o fio condutor da relação ensino e aprendizagem da temática: africanidades. A palavra adquire maior expressão e uso para denominar todo conhecimento e cosmovisão africana que marcou o modo de ser, de viver, de organização sociopolítica e cultural dos negros brasileiros. Essa temática é bastante recorrente nos cursos de formação de professores para implementação da Lei 10.639/ de 09 de janeiro de 2003.

A promulgação dessa Lei reuniu três campos do conhecimento e do poder (legislativo, pedagógico e participação/cidadania). Na visão da Secretaria de Educação

² Pan-africanismo é um movimento político, filosófico e social em defesa da unidade e dos direitos do povo africano, para os africanos, tanto na África como em diáspora. A teoria pan-africanista foi desenvolvida no século XX por Du Bois (EUA) e Marcus Garvey (Jamaica) entre outros. Posteriormente chega até a arena política por africanos como Kwame Nkrumah. No Brasil foi divulgada amplamente por Abdias Nascimento. Ver mais no site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-africanismo>. O conceito de Decolonidade é utilizado pelos estudiosos latinos americanos da modernidade que refletem a colonialidade, e a tradição do pensamento etnocentrista de origem ocidental e propõem ruptura com estudos pós colonial e toda conhecimento epistemológico que estudou os subalternos. Ver o livro Teoria disciplina: latinoamericanismo, poscolonialismo y globalización, de Eduardo Mendieta e Santiago Castro-Gómez em site: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/11/do-pos-colonial-decolonialidade.html>



Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), órgão criado no MEC (2004) para a formação de professores e diversidade entre outras atribuições:

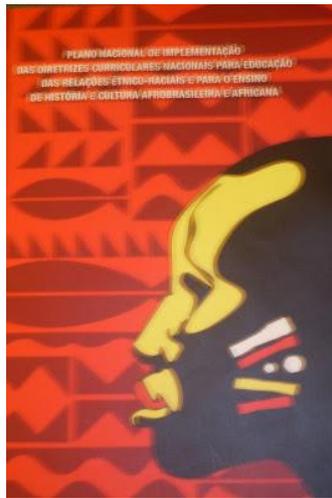
a implementação da Lei 10.639/2003, sancionada pelo presidente Lula, exigiu preparação das novas diretrizes e práticas pedagógicas para se reconhecer a importância dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação nacional (...) A Lei 10639/2003 alterou a LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional (9.394/1996) e exigiu uma série de ações governamentais complementares para sua implementação. (UNESCO/MEC, 2008, p. 08).

Importante destacar o comprometimento da educadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva com a nova política educacional para implementação desta lei. Doutora em Educação - UFRS, docente na UFSCar e conselheira no MEC, sua atuação maior se deu nos anos de 2002 e 2004, como conselheira no CNE/MEC e relatora do Parecer 03, de 10 março de 2004. Este parecer regulamentou as diretrizes que orientam a educação brasileira a valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana em todas as dimensões educacionais: infantil, fundamental, ensino médio, superior, nas modalidades da educação de jovens e adultos, na formação técnica e educação quilombola, na formação de gestores e educadores, no recurso audiovisual e didático. Por fim, o parecer orienta a participação cidadã na escola com abertura aos saberes e conhecimento do entorno da escola e, assim, estimula a participação do Movimento Negro como agente educador e parceiro na implementação da Lei 10.639/2003.

Figura 12. Professora Petronilha



Figura 13. Publicação do Plano Nacional Educação Etnorracial/MEC



Em sintonia com as necessidades pedagógicas abertas na implementação da Lei 10639/2003 e com grande expressão e dedicação na área da formação de professores destacamos a pedagoga Azoilda Loretto Trindade. Sua trajetória foi marcada por compromisso com a educação pública, assumido nas suas andanças enquanto supervisora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Recebeu doutoramento em Comunicação pela UFRJ e continuou ativista antirracista.

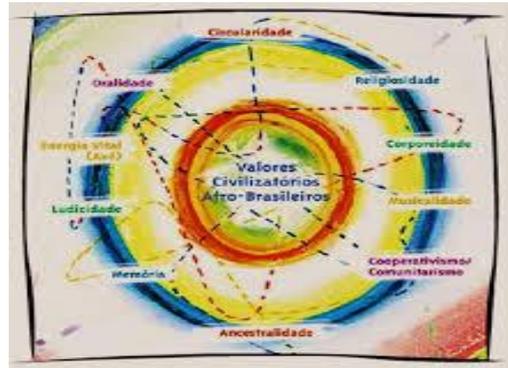
Seus estudos sobre “valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil” nos trazem um importante quadro da cosmovisão africana e os princípios fundamentais de re-existência da vida de negras e negros: princípio do axé, oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade e cooperatividade.

Figura 14. Professora Azoilda





Figura 15. Cartaz Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros



O esforço organizativo do Movimento Negro acumulado na área educacional se espalha por todo Brasil nas mais variadas formas do letramento de re-existência e resistência.

O período de modernização conservadora do Estado Brasileiro dos anos de 1980 e 1990, de forma lenta e gradual, reprimiu a participação da juventude estudantil através do desemprego, aumento de competitividade no mercado de trabalho, falta de investimento em educação pública e cultura, estímulo à privatização do ensino universitário, empobrecimento generalizado da juventude negra, entre outras medidas inibidoras da mobilidade social deste segmento. Todos aqueles aspectos direta ou indiretamente contribuíram para repressar a demanda da entrada de negras e negros no ensino superior. Os anseios de participação da juventude negra, das periferias e de classe média, pressionam os circuitos universitários ao ponto de atingir o gargalho para o ensino superior, o curso pré-vestibular.

No final do século XX, através da organização comunitária, ocorreu a formação de vários cursos populares e preparatório ao ensino superior. O curso pré-vestibular do Instituto Cultural Steve Biko, fundado em Salvador – BA (1992), representa o marco inicial das demandas contemporâneas por acesso ao ensino superior. Inspirador da juventude negra brasileira reunida no primeiro Seminário Nacional de Estudantes Negros SENUN (1993), a ideia de organizar cursos pré – vestibulares se espalha pelo Brasil.



Figura 16. Cartaz 1º. SENUN 1991 BA



Fonte: Foto de Gal Souza do Acervo Soweto

Figura 17. Curso Pré-Vestibular Instituto Cultural Steve Biko 1992. Salvador-BA



Assim, a política de acesso às universidades públicas tornou-se a principal demanda do Movimento Negro, que impõe uma forte pressão social ao acesso e permanência no ensino superior nas universidades públicas federais. Rompem-se algumas barreiras que dificultavam o estudante negro, trabalhador e morador nas periferias frequentar a universidade. Nas franjas do processo da educação pública brasileira há muita história não contada, uma tarefa que deixamos aos pesquisadores mais jovens.

No final do século XX, vimos o anúncio e a construção de uma articulação nacional por uma educação pública democrática, de qualidade, livre, não racista, não

machista, não LGBT fóbica, contra todas as formas de intolerância. Este momento especial foi articulado nos encontros da Conferência Internacional de Durban (2001), as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial e as Conferências Nacionais da Educação. Estes encontros e confrontos reuniram ações, propostas e fatos importantes com os quais se originaram e se configuram as demandas por políticas públicas e de ação afirmativa na sua versão social e governamental.

Figura 18. Cartaz Políticas Publicas de Promoção da Igualdade Racial POA (2000)



Fonte: Foto de Gal Souza do Acervo Soweto

Figura 19. Matilde Ribeiro 1ª. Ministra da SEPIR DF



Fonte: Foto de Arte educadora Valu Ribeiro

Matilde Ribeiro, doutora em Serviço Social PUC-SP, ativista dos Movimentos Sociais, dentre eles: o Negro e de Mulher Foi a primeira mulher negra a compor o grupo ministerial do governo Lula, ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial – Sepir entre 2003 – 2009. Matilde nos lembra que a Conferência de Durban reconheceu na sua Declaração e Programa de Ação:

O colonialismo e o racismo foram considerados como crime lesa-humanidade, como elementos que têm afetado mais diretamente os africanos e os afrodescendentes, as pessoas de origem asiática e os povos indígenas. Assim, foram incorporadas recomendações gerais para o desenvolvimento de políticas públicas; foi constatado que o sistema de supremacia e de privilegio da raça branca constitui um componente fundamental de racismo estrutural, fortalecido com o acúmulo de riqueza e *status*, através de um aparato coercitivo; e que toda forma de discriminação racial e de racismo pode ser intensificada, entre outras



coisas, pela não distribuição equitativa da riqueza, o que gera a marginalização e a exclusão social. (Ribeiro, 2014, p. 195).

Os encontros reuniram milhares de ativistas antirracistas e foram a porta de entrada das demandas do Movimento Negro, enquanto sociedade civil, nas estruturas governamentais e inauguraram o diálogo no âmbito federal para reconfiguração das políticas universalistas.

Figura 20. Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - DF 2005



Fonte: Foto de Gal Souza do Acervo Soweto

Assim, surgiu a primeira experiência bem sucedida da Política de Promoção da Igualdade Racial – chamando atenção para o desafio da transversalidade de gênero e raça em todos os ministérios. Essa é outra história.

Outro destaque é Nilma Gomes, com trajetória ligada à educação: como pedagoga, presidiu a ABPN na sua terceira diretoria. Pesquisadora das relações raciais e da diversidade, fez doutoramento em Antropologia, chegou ao posto de conselheira do MEC e como gestora pública federal ocupou o cargo de ministra da Sepir e, posteriormente, foi Ministra das mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos junto a Presidenta Dilma Rousseff.



Ativista da educação antirracista cumpriu tarefa política importante no governo federal fazendo prosseguir as políticas públicas de ação afirmativa. E deste lugar privilegiado para avaliar os desafios e conquistas de negras e negros, conclui:

o Movimento Negro foi e é principal protagonista para que as ações afirmativas se transformassem em questão social, política, acadêmica, e jurídica em nossa sociedade, compreendida como políticas de correção das desigualdades raciais desenvolvidas pelo Estado Brasileiro. (Gomes, 2017, p.18)

Na sua avaliação, as políticas de ação afirmativa não serão feitas sem conflitos e mediações, principalmente, se levarmos em conta uma sociedade como nossa acostumada a naturalizar o racismo e todas as suas desigualdades. No Brasil, a disputa social por benefícios da educação é um aspecto contundente da vida política brasileira na medida em que não há uma política permanente de acesso e permanência na educação pública. A educação como um bem comum a todos brasileiros, isto é, um direito de todos, foi colocada em dúvida quando houve o julgamento da inconstitucionalidade das cotas no ensino superior.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), apegado à jurisprudência do direito constitucional das negras e negros brasileiros, votou pela legalidade das cotas no ensino superior e referendou os direitos da população negra à educação. A história do julgamento das cotas no STF é uma história coletiva, organizada e protagonizada pelo Movimento Negro que reuniu inúmeros participantes. Vale a pena um estudo mais particularizado, o que não é objeto deste texto.

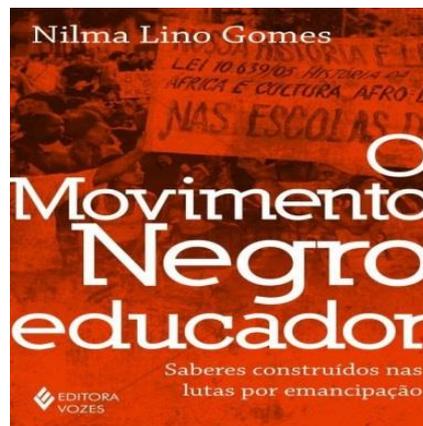
O ano de 2018 será palco das celebrações e reflexões sobre 40 anos do MNU (1978-2018) e serão homenageamos os atores e atrizes sociais da luta antirracista na educação brasileira reafirmando a conclusão categórica da educadora Nilma Gomes (2017): “o Movimento Negro Brasileiro é um agente educador das relações raciais brasileiras porque seu saber e letramento são emancipatórios”.



Figura 21. Professora Nilma Gomes UFMG



Figura 22. Capa do Livro Movimento Negro Educador



Fonte: Foto de Gal Souza Acervo Soweto

Primeiro, aprendemos que há a necessidade de novas estratégias de combate ao racismo na educação e por toda sociedade quando estamos diante de uma realidade de golpe midiático e parlamentar. Isso nos leva a pensar que não podemos enfrentar a conjuntura conservadora com o mesmo pensar e agir dantes.

Segundo, tal cenário nos convida a pensar que o letramento do Movimento Negro sempre esteve engendrado entre os movimentos sociais democráticos e por isso é portador de experiências educativas comprometidas com a diversidade, laicidade, e o fim de qualquer forma de intolerância.

Terceiro, nesse contexto falta vontade política, envolvimento com rigor e cuidado intelectual a fim de perceber a pujança cotidiana da relação raça, gênero e classe. O modo de viver, sentir e reagir da juventude negra diante das contradições



sociorraciais do Brasil aponta-nos novos contextos e sentidos que merecem um olhar emancipatório: a vida e luta da mulher negra como protagonista da luta feminista por empoderamento; o cenário colorido da valorização das identidades negras, ora negra, ora preta, ora crespa, ora marcada por identidade de gênero; o recrudescimento do genocídio da juventude negra. Quais, então, são os caminhos da emancipação?

Na nossa caminhada, a Soweto percebe que negras e negros brasileiros fazem sim, suas leituras de mundo, como nos ensinou o educador Paulo Freire, que muito aprendeu com a África de Amílcar Cabral. Fazem leituras específicas do seu mundo (coisas de preto), onde a cor da pele determina condições e modos de vida diferenciados, marcados pela exclusão, preconceito, discriminação, descaso, humilhação e intolerância. Mundo este onde os direitos das negras e negros são cotidianamente negados, adiados, postergados e colocados sob embargo. *That is it*. Procuramos demarcar o sentido das palavras re-existência e resistência de letramento originada no Movimento Negro.

REFERENCIAS

ANDRADE, E.N. (org.). *O rap é educação. O rap é educação*. São Paulo, Summu/Selo Negro: 1999.

FERNANDES, F. *Significado do Protesto Negro, SP: Expressão Popular em co-edição*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA, S.C. et al. (org.). *Africanidades São Paulo: história e cultura afro brasileira*. João Pessoa, PB: Editora GRAFSET: 2015.

_____. *Africanidades Paulista: História e Cultura Afro Brasileira*. João Pessoa, PB: Editora Grafset: 2015.

GOMES, N. L. *Movimento Negro educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2017.

JESUS, M.C. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Livraria F. Alves: 1963.

NASCIMENTO, A. *Genocídio do negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas: 2016.

MEC/SEPIR. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para *Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira*. Brasília, DF: SECADI: s/d.

ORTIZ, E. C. Esmeralda. *Por que Não Dancei*. São Paulo: SENAC/ ATICA: 2011.



Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=imagem+escola+teatro+experimentaldo+negro&client=firefox-b-ab&dcr=0&tbm=isch&source=iu&pf=m&ictx=1&fir=IcSfDKopdhj-M%253A%252CnDpCleCncU5ORM%252C_&usg=__Tih9pQi0eVPq7nbHz-d0j-EVP3c%3D&sa=X&ved=0ahUKEwjj5JiskcjXAhXLgJAKHaHICNgQ9QEIKjAA#imgrc=-BHCuH-OihPONM. Acesso em 25/11/17.

Biblioteca Comunitária Solano Trindade – Duque de Caxias RJ

Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=imagem+escola+teatro+popular+solano+trindade&client=firefox-b-ab&dcr=0&tbm=isch&source=iu&pf=m&ictx=1&fir=x9adA4c-uGNkiM%253A%252CVkWOdffKteybFM%252C_&usg=__IjP3FRE90-oOtaol0GiiB9-_eHg%3D&sa=X&ved=0ahUKEwjjh-9WzksjXAhVCgPAKHe5gCz0Q9QEIKzAA#imgrc=kpUkEYNr5SPRzM. Acesso em 27/11/17.

Capa Revista Grupo Negro PUC SP 2008

Fonte: <http://www.soweto.com.br/2008/06/15/revista-grupo-negro-da-puc-15-06-2008/>
https://books.google.com.br/books/about/Rap_e_educac%C3%A7%C3%A3o_rap_%C3%A9_educac%C3%A7%C3%A3o.html?hl=pt-BR&id=akqVPv9XJ88C&redir_esc=y
https://books.google.com.br/books/about/Rap_e_educac%C3%A7%C3%A3o_rap_%C3%A9_educac%C3%A7%C3%A3o.html?hl=pt-BR&id=akqVPv9XJ88C&redir_esc=y. Acesso em 26/11/17.

Professora Petronilha

Fonte: http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/bio_petro.html. Acesso em 27/11/17.

Publicação do Plano Nacional Educação Etnorracial/MEC

Fonte: <http://aplb.blogspot.com.br/2010/06/plano-nacional-de-implementacao-das.html>. Acesso em 27/11/17.

Cartaz Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros

Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=azoilda+loretto+trindade+valores+civilizatorios+africanos&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi_6JC6jc3XAhXJH5AKHZqABBgQ_AUICYgC&biw=1366&bih=656#imgdii=NtTUdib4H37aJM:&imgrc=KbyyrLS3UYJ_JM. Acesso em 27/11/17.

Pré-Vestibular Instituto Cultural Steve Biko 1992. Salvador-BA

Fonte:

https://static.wixstatic.com/media/d7dbcc_47e9265a2f534576a1e0cf7eeb0f63b1~mv2.jpeg/v1/fill/w_160,h_160,al_c,q_80,usm_0.66_1.00_0.01/d7dbcc_47e9265a2f534576a1e0cf7eeb0f63b1~mv2.jpeg e ou <https://www.stevebiko.org.br/projetos>. Acesso em 27/11/17.

Matilde Ribeiro 1ª. Ministra da SEPIR DF

Foto: Arte educadora Valu Ribeiro

Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=foto+valu+e+matilde+ribeiro&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=AmA4seuw72g_CM%253A%252CrYQ9ACPLQdTzmM%252C_&usg=__uafF2212ACTUpVxpfNIUCX_xRPs%3D&sa=X&ved=0ahUKEwi4_d6iw9nXAhXGkpAKHYGrBfAQ9QEIMjAF#imgrc=AmA4seuw72g_CM. Acesso em 28/11/17.

Professora Nilma Gomes UFMG



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nilma_Lino_Gomes#/media/File:Nilmalino.jpg. Acesso em 27/11/17.

Vídeo Professor Silvio Almeida

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=jedLb_QCXIk

*Recebido em outubro de 2017
Aprovado em novembro de 2017*